



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALTINA
CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL JUSCELINO KUBITSCHKEK



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

“Acolhimento e Transformação”

Planaltina - DF, 2024



SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO	5
2 APRESENTAÇÃO	6
2.1 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO	7
3 HISTÓRICO DA UNIDADE ESCOLAR	8
3.1 DESCRIÇÃO HISTÓRICA	8
3.2 CARACTERIZAÇÃO FÍSICA E MATERIAL	9
4 DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DO CEF JK	9
4.1 CARACTERÍSTICAS SOCIAIS, ECONÔMICAS E CULTURAIS DA COMUNIDADE	10
5 FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA	11
6 MISSÃO	11
7 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PRÁTICA EDUCATIVA	12
8 METAS DA UNIDADE ESCOLAR	12
9 OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO, DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS	12
9.1 OBJETIVOS GERAIS	12
9.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
10 FUNDAMENTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS	12
10.1 PSICOLOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA	12
10.2 PSICOLOGIA HISTÓRICO CULTURAL	13
11 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	13
11.1 MATRIZ CURRICULAR	14
11.2 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	14
12 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO	15
12.1 EDUCAÇÃO INFANTIL	15
12.2 ENSINO FUNDAMENTAL	16
12.3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	18
13 PROGRAMAS E PROJETOS INSTITUCIONAIS	20
13.1 PROGRAMA SUPERAÇÃO	20
13.2 PROGRAMA ALFALETRANDO	21
13.3 CULTURA DE PAZ	22
13.4 RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS	23
14 PROJETOS E EVENTOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE ESCOLAR	23



14.1 AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.....	23
14.2 PROJETO HORA CÍVICA: CIVISMO COM CIDADANIA	24
14.3 PROJETO DE LEITURA: “O JK LÊ” (ENSINO FUNDAMENTAL)	25
14.4 PROJETO CAFÉ COM LETRAS (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS)	26
14.5 PROJETO REFORÇO ESCOLAR (ENSINO FUNDAMENTAL)	27
14.6 PROJETO INTERVENTIVO (ENSINO FUNDAMENTAL).....	27
14.7 PROJETO FESTA JUNINA	28
14.8 PROJETO SEMANA DA INCLUSÃO	28
14.9 PROJETO SEMANA DA CRIANÇA	29
14.10 SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA.....	29
15 AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS	30
15.1 CONSELHO DE CLASSE	32
15.2 AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA.....	34
15.3 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	34
16 PAPÉIS E ATUAÇÃO.....	34
16.1 SERVIÇO ESPECIALIZADO DE APOIO à APRENDIZAGEM (SEAA).....	34
16.2 ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL	35
16.3 PROFISSIONAIS DE APOIO ESCOLAR	36
16.4 BIBLIOTECA ESCOLAR.....	37
16.5 COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA.....	37
16.6 VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO CONTINUADA	38
16.7 CONSELHO ESCOLAR	38
16.8 SALA DE RECURSOS	39
17 PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PPP.....	41
17.1 GESTÃO FINANCEIRA	42
17.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA	42
17.3 GESTÃO PARTICIPATIVA	43
17.4 GESTÃO PEDAGÓGICA E DE RESULTADOS EDUCACIONAIS	43
18 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44
19 APÊNDICES.....	46



1. IDENTIFICAÇÃO

UNIDADE ESCOLAR: Centro de Ensino Fundamental Juscelino Kubitschek
ENDEREÇO: BR020, Módulo 07, lotes 17 a 26. Condomínio Mestre D'armas
CEP: 73403-321
TELEFONE: (61) 3105-7822
EMAIL: cefjk.planaltina@se.df.gov.br

DIRETOR ESCOLAR: Andri José Gomes da Silva Sousa
VICE-DIRETOR ESCOLAR: Aretuza Pires Maciel

SUPERVISORES DIURNO:

Arielle Pires Maciel
João Ramos Morais Filho
Patrícia Graciano de Almeida

SUPERVISORES NOTURNO:

Antônia Pontes Portela
Ilda Schmitke Azevedo

SECRETÁRIO ESCOLAR:

Eduardo Rodrigues da Silva

AUXILIAR DE SECRETARIA:

Maria Dilma Alves dos Santos Marins

PEDAGOGA:

Conceição de Maria Sousa

ORIENTADORA EDUCACIONAL:

Ana Nélia Alves Ferreira

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:

Trata-se de uma Unidade de Ensino que atende a Comunidade local nos dois turnos - Diurno e Noturno - e em três períodos de regência, conforme abaixo relacionado:

- **Matutino:** das 07h30min às 12h30min.
- **Vespertino:** das 12h45min às 17h45min.
- **Noturno:** das 19h00min às 23h00min.

MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS:

- **Educação Infantil:** 1º e 2º períodos - Matutino e Vespertino.
- **Ensino Fundamental (anos iniciais):** 2º Ciclo - 1º Bloco (1º ao 3º ano) e 2º Bloco (4º e 5º ano) - Matutino e Vespertino.
- **Educação de Jovens e Adultos:** 1º Segmento - (1ª a 4ª Etapa) - Noturno 2º Segmento - (5ª a 8ª Etapa) - Noturno



2. APRESENTAÇÃO

Discute-se muito sobre a qualidade da educação, porém muitas vezes a questão da qualidade se limita à teoria. A busca por essa qualidade é a bandeira do Centro de Ensino Fundamental Juscelino Kubitschek. Em uma concepção democrática discutimos e definimos a escola que temos e a escola que queremos. Elegemos ações pedagógicas como prioridade a fim de garantir um ensino mais eficaz.

A educação escolar em parceria com a educação familiar são responsáveis por criar condições fundamentais para que o educando desenvolva suas capacidades e aprenda os conteúdos necessários para construir instrumentos de compreensão da realidade e para participar de relações sociais cada vez mais amplas e diversificadas para o exercício da cidadania.

Mesmo com inúmeros problemas, principalmente físicos, pois trabalhamos em uma escola com uma estrutura extremamente precária e que há anos aguarda por uma reforma, desejamos o sucesso escolar através de um processo educacional que é antes de tudo humanizado. A afetividade é o nosso ponto forte: fazemos da nossa escola um ambiente onde toda a comunidade gosta de estar. Buscamos no cotidiano saber quem são nossos alunos e as necessidades que eles têm.

O nosso atual desafio é garantir o sucesso escolar diminuindo o número de reprovação e formando alunos letrados, portanto buscaremos práticas pedagógicas capazes de levar a escola a alcançar esses objetivos.

O Projeto Político Pedagógico do CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL JUSCELINO KUBITSCHKEK é uma proposta adequada às necessidades do corpo docente e discente da instituição. Tem como objetivo geral desenvolver o aluno a partir de uma formação humanista com uma visão crítica do papel político social no meio em que vive. Para tanto, a Escola compromete-se com a formação da criança como futuro cidadão e partindo de um princípio diagnóstico, apresenta uma visão transformadora e busca adotar medidas para melhorar o resultado dos alunos frente a seus níveis de aprendizagem. Vivência escolar, social e familiar foram aspectos básicos avaliados e como está previsto na LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação nº 9.394/96) no Art. 12, inciso I,



"que todos os estabelecimentos de ensino, deverão elaborar e executar sua proposta pedagógica, definindo assim como uma das principais tarefas da escola, o trabalho de refletir sobre a prática educativa e o pleno desenvolvimento dos alunos." A construção do Projeto Político Pedagógico é um processo dinâmico e permanente, continuamente novos membros se incorporam ao grupo gerando a reorganização da instituição, para o bom andamento do trabalho escolar."

As modalidades de ensino oferecidas pela escola, assim como as partes envolvidas no processo, precisam de atenção contínua para que as ações propostas não fiquem ultrapassadas visto que as mudanças são diárias. O trabalho a ser desenvolvido pela escola no decorrer do ano letivo, é definido com a participação de todos os membros desde o planejamento até a realização das ações estabelecidas.

Esse modelo de Gestão Democrática é como afirma Alarcão,

"um modelo organizacional em que todos e cada um se sente pessoa. E ser pessoa é ter papel, ter voz e ser responsável. Um modelo em que cada um se considera efetivamente presente ou representado nos órgãos de decisão. É em que há capacidade real de negociação e de diálogo capaz de ultrapassar as dicotomias entre o eu e o nós, entre os administrativos e os professores, entre os professores e os alunos, entre os pais e os professores, entre a decisão casuística e a decisão determinada por princípios gerais, e entre aquilo a que Barroso (1992) chama a dicotomia entre a lógica do desejo e a lógica de ação, (ALARCÃO, 2003, p.93)."

O trabalho da escola como um todo, seja administrativo, seja pedagógico, visa unificar as partes, para que o trabalho realizado em conjunto contribua para resultados mais satisfatórios para toda a comunidade escolar. Contribuindo para formação de uma sociedade democrática e não apenas para a implementação passiva das diretrizes educacionais, para preparar os alunos, não só para executarem ordens ou para formar meros profissionais, mas formar cidadãos que expressem e transformem a sociedade que fazem parte, sendo participativos, reflexivos e autônomos, conhecedores dos seus direitos e deveres.

2.1 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO

Esta Proposta Pedagógica foi elaborada contando com a participação de todos os elementos da comunidade escolar, a fim de contribuir para a melhoria e o desenvolvimento de uma educação de qualidade, com potencialidades físicas, mental e intelectual, buscando através da democracia a participação de todos os segmentos envolvidos, traçando em um curto, médio e longo prazo as ações que, constantemente



avaliadas e aperfeiçoadas, atenderão as necessidades dos alunos e da comunidade escolar. O que nos motiva é a aprendizagem, a formação de alunos no mundo informatizado, digital e dinâmico. Os valores da escola estão centralizados na participação de todos, pois acreditamos que o trabalho em equipe contribui para o sucesso de todos.

3. HISTÓRICO DA UNIDADE ESCOLAR

3.1 DESCRIÇÃO HISTÓRICA

O Centro de Ensino Fundamental Juscelino Kubitschek é pertencente a Coordenação Regional de Ensino de Planaltina, região Administrativa do Distrito Federal, situando-se no Condomínio Mestre D'Armas, BR 020, Módulo 7, lotes 17 a 25; tendo como ato normativo de criação a Resolução nº 4951, de 24/12/1994, embora já existisse desde 1990, como Escola Classe Condomínio Mestre D'Armas. Vale ressaltar que o espaço onde a escola está construída resultou de uma doação promovida pela comunidade. A escola foi inaugurada em 19 de junho de 1991 com o nome de Escola Classe Condomínio Mestre D'Armas e que posteriormente foi alterado sua designação para CEF JK.

Atualmente, o CEF JK atende a uma clientela de aproximadamente 710 (setecentos e dez) alunos no diurno, e 110 (cento e dez) alunos no noturno. Oferecendo as seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil e Ensino Fundamental – Séries Iniciais, em dois turnos de funcionamento: matutino e vespertino; Educação de Jovens e Adultos - Primeiro e Segundo Segmento do Ensino Fundamental no noturno. A Educação de Jovens e Adultos atende estudantes nas mais diversas faixas etárias a partir de 15 anos. Apresentam diversidade tanto na questão econômica, com histórias de vida distintas, apresentando conflitos, expectativas e necessidades específicas. Apresentam renda salarial entre um e dois salários-mínimos, sendo que a maioria trabalha no comércio local.

A clientela atendida pela escola no turno diurno está distribuída em 32 (trinta) turmas, sendo 13 (treze) classes comuns, 11 (onze) classes de integração inversa, 2 (duas) classes especiais; já os estudantes atendidos na Educação de Jovens e Adultos estão distribuídos em 9 (nove) turmas no noturno.



3.2 CARACTERIZAÇÃO FÍSICA E MATERIAL

Em relação à estrutura predial, esta Unidade de Ensino conta com 15 (quinze) salas de aula, sala dos professores, sala de recursos, sala de vídeo, sala de leitura, sala de reprografia, sala de materiais pedagógicos, almoxarifado, dispensa de alimentos, diretoria, cantina, secretaria, banheiros dos funcionários (masculino e feminino), banheiros dos estudantes (masculino e feminino), quadra de esportes poliesportiva coberta, pátio coberto, *playground*, parque de areia, brinquedoteca, estacionamento interno.

Em se tratando de recursos didáticos e tecnológicos, o CEF JK possui: 2 (dois) projetores de imagem, 3 (três) computadores na secretaria, 4 (quatro) computadores na direção, 2 (dois) computadores na sala dos professores, 3 (três) aparelhos de TV, 3 (três) caixas amplificadas, acervo literário para todos os níveis de educação ofertados, jogos pedagógicos, mapas geográficos, globo terrestre, guilhotina, plastificadora, 3 (três) impressoras multifuncionais a tonner, 4 (quatro) impressoras multifuncionais Ecotank, microfones com e sem fio, 1 (uma) máquina duplicadora e material de educação física (bolas, cordas, bambolês).

4. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DO CEF JK

Nos últimos anos o bairro recebeu rede de esgoto e asfalto, mais recentemente a comunidade passou a contar com linhas de ônibus que passam em frente à Instituição CEF JK, resultando na melhoria do acesso à escola, onde até então, apresentava-se extremamente precário. Entretanto, apesar dos investimentos no bairro, por parte do estado, é fato que o GDF ainda negligência sua prática no que diz respeito ao Projeto Estrutural desta Unidade de Ensino, pois há aproximadamente 30 anos a comunidade espera pela reconstrução do prédio que se encontra em condições precárias e oferecendo riscos a integridade física da clientela. Segundo a Secretaria de Educação, a escola está na lista de prioridades de reconstrução, ressaltando que a atual gestão, por reiteradas vezes solicitou emergência na ação de reconstrução, bem como reforma do prédio, especialmente nas redes hidráulica e elétrica, esta mostrando-se ano a ano uma tragédia anunciada. Com o advento dos repasses de Emendas Parlamentares por parte de alguns



Deputados Distritais foi possível realizar pequenos e importantes reparos nas estruturas prediais, inclusive iniciando a reforma de toda rede elétrica desta Unidade de Ensino que ainda se encontra em manutenção, pouco a pouco, conforme as verbas vão chegando.

A escola busca promover um trabalho com a comunidade, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, calcada nos valores familiares, sociais e ambientais.

A Unidade de Ensino caracteriza-se por promover junto à comunidade escolar, eventos com intuito de fortalecer a participação voluntária. Nesse sentido, são realizadas na escola diversas atividades, que, sem a ajuda da comunidade, não seriam possíveis. Nessa perspectiva de vivência compartilhada, a escola disponibiliza seus espaços físicos para que a comunidade possa praticar esportes, reuniões, cursos, palestras e outras atividades.

4.1 CARACTERÍSTICAS SOCIAIS, ECONÔMICAS E CULTURAIS DA COMUNIDADE

O CEF JK atende a uma comunidade, na maioria carente, onde muitos pais não possuem ocupação funcional, sobrevivendo do trabalho autônomo. Observações levaram a percepção de núcleos familiares ausentes de uma uniformização e, comumente são encontradas uma ou mais famílias ocupando o mesmo lote ou a mesma casa. Bem como, uma grande rotatividade de alunos que entram e saem da escola, pois muitos são oriundos do estado vizinho (GO) e a falta de estabilidade ocupacional dos arrimos de famílias acaba por provocar relevante efeito no ambiente escolar, colaborando para os consideráveis índices de transferência e evasão. Segundo o Índice de Vulnerabilidade Social do Distrito Federal, apresentado pela CODEPLAN, Planaltina se encontra na 14ª posição quanto a Dimensão de Renda e Trabalho, de um total de 33 cidades.

Apesar dos índices de violência registrados, inerentes ao Bairro, são raras as ocorrências no ambiente escolar, uma demonstração clara do trabalho promovido pela equipe de servidores, inspirado nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana e respeito ao próximo, isso tem promovido resultados positivos e contribuído para o desenvolvimento social da comunidade atendida.



Durante os planejamentos promovidos com a Comunidade Escolar puderam-se identificar as barreiras que dificultam as ações pedagógicas e que ainda precisam ser transpostas para o êxito do processo de ensino para as aprendizagens. Cabendo destacar:

- Falta de motivação para os estudos continuados;
- Ausência do material pedagógico de uso individual, necessário para o desenvolvimento das atividades em sala de aula;
- Descontinuidade do processo de aprendizagem, dada a falta de compromisso dos alunos com as atividades de casa;
- Melhor articulação entre escola, família e órgãos de assistência às famílias carentes, seja de serviços jurídicos, seja de serviços médicos-odontológicos;

5. FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

A Escola compromete-se com a formação da criança como futuro cidadão e partindo de um princípio diagnóstico, apresenta uma visão transformadora e busca adotar medidas para melhorar o resultado dos alunos frente a seus níveis de aprendizagem. Para tanto o CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL JUSCELINO KUBITSCHKEK adota como norte, princípios que tem como referência a realidade da Comunidade atendida, o que potencializa uma visão crítica e concomitantemente amplia a visão de mundo do (a) aluno (a), criando condições favoráveis a formação de cidadãos pesquisadores capazes de entender, adaptar e transformar a sociedade na qual encontram-se inseridos.

6. MISSÃO

O maior intuito desta Instituição de Ensino é formar cidadãos críticos capazes de refletir, entender e adaptar o conhecimento para contribuir construtivamente na transformação do meio em que está inserido, oferecendo ensino de qualidade, garantindo a participação ativa da comunidade escolar e propiciar condições para uma aprendizagem significativa, atual e eficaz, visando a formação integral dos alunos.

Temos a visão de ser uma Escola capaz de atuar na transformação da comunidade, por meio da vivência dos saberes, tornando-a um ambiente de referência.

7. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PRÁTICA EDUCATIVA



Esta Unidade de Ensino toma como base para o trabalho pedagógico, a promoção da aprendizagem com métodos consistentes, baseado em princípios de respeito a si e ao próximo, através da conceituação e da prática de Valores Humanos e nos princípios de cidadania, contribuindo para que sejam homens e mulheres – sujeitos de suas histórias e colaboradores na formação de um mundo mais humano e mais justo.

8. METAS DA UNIDADE DE ENSINO

O compromisso desta Unidade de Ensino é com a educação integral dos nossos estudantes, desde o ensino de valores sociais, cidadania, meio ambiente à educação formal, baseados na BNCC e no Currículo em Movimento do Distrito Federal.

De acordo com os objetivos estabelecidos para o ano letivo de 2024, presentes neste documento, nossas metas educacionais são:

- Reduzir a evasão e a reprovação nos diversos níveis/anos oferecidos nesta U.E (anos iniciais e educação de jovens e adultos);
- Tornar nosso ambiente físico escolar mais atraente e acolhedor;
- Garantir o acesso à educação e socialização dos estudantes com necessidades educacionais especiais;
- Desenvolver projetos que contemplem a realidade da comunidade escolar;
- Conquistar notas satisfatórias e buscar atingir as metas SAEB;

9. OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO, DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS

9.1 OBJETIVOS GERAIS

- Compromisso com a qualidade do processo de ensino-aprendizagem;
- Relação entre escola e comunidade;
- Ética nas ações individuais e coletivas;
- Promoção inovadora e criativa do processo de ensino para as aprendizagens.

9.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS



- Conscientizar o aluno da necessidade de dedicar-se aos estudos aprofundando-o através da pesquisa e da leitura;
- Transmitir conhecimentos integrados capazes de despertar o potencial psicoafetivo e criativo dos alunos para levá-los a efetuar opções conscientes e responsáveis frente aos problemas da sociedade (drogas, comunicação, violência, etc.);
- Procurar aperfeiçoar na Escola a prática da interdisciplinaridade;
- Conscientizar os educadores da necessidade de se qualificarem para exercer sua função com eficaz competência;
- Promover cursos e encontros para a formação humana, incentivando a prática da solidariedade, do respeito, da compreensão dentro da comunidade educativa;
- Respeitar a individualidade de cada um, sem fazer distinção de qualquer espécie;
- Trabalhar em todas as disciplinas e atividades os valores éticos e morais;
- Despertar o amor à Pátria através das comemorações cívicas;
- Buscar e incentivar formas apropriadas para a solução dos desafios organizacionais que frutifiquem resultados inovadores aos nossos educandos;
- Proporcionar um diálogo aberto e honesto com toda a comunidade escolar juntamente com o Conselho Escolar;
- Estimular a participação ativa e responsável do próprio estudante em seu processo de aprendizagem, a partir de discussões e debates sobre o que, como e por que está aprendendo;
- Incentivar o envolvimento intelectual, emocional e físico do estudante com o objeto do conhecimento, em interação com o contexto sócio-histórico-cultural.

10. FUNDAMENTOS TEÓRICOS – METODOLÓGICOS

10.1 PSICOLOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

Uma educação escolar que tenha finalidade voltada às classes populares, com o intuito de viabilizar a sua participação na sociedade de forma emancipada e crítica, deve fazer com que a instituição funcione bem, levando em conta a especificidade de sua realidade e de seus sujeitos, o que, de acordo com o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, não se constituiu ao longo da história, pois esse atendimento às



crianças pequenas sempre ocorreu de maneira assistencialista e ineficiente. A escola deve se desenvolver com diretrizes que favoreçam o diálogo entre professores e alunos; incorporem a experiência inicial do educando à cultura acumulada historicamente, superando a compreensão de senso comum; respeitem o ritmo de aprendizagem e o desenvolvimento psicológico, bem como as condições sociais dos sujeitos; estejam atentos para a necessidade de transmissão dos conteúdos cognitivos, não transformando os enriquecimentos que os conteúdos podem receber nos próprios conteúdos.

10.2 PSICOLOGIA HISTORICO-CULTURAL

Ao indagarmos em quais aspectos a teoria histórico-cultural, elaborada no início do século XX por estudiosos soviéticos, implica na educação escolar da contemporaneidade no Brasil, chamamos a atenção que essa teoria apresenta fundamentos que possam atender a demanda educacional, mas entre eles o principal que queremos destacar é a valorização da escola e do trabalho do professor no processo ontogenético de humanização do homem.

É por meio do trabalho educativo que existe a possibilidade da formação de intelectuais. Para Gramsci (1989), todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então, mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais. Não podemos falar de “não-intelectuais”, a intelectualidade é um aspecto essencialmente humano, não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o Homo Faber do Homo Sapiens e educar.

Para o filósofo italiano, é necessário pôr um fim a esta dicotomia. Educar é resgatar o sentido estruturante da educação e de sua relação com o trabalho, as suas possibilidades criativas e emancipatórias. A escola tem papel fundamental na formação dos intelectuais, é nela que se transmite cultura. A classe dominada precisa desse espaço de formação cultural. Neste caso, com o entendimento de cultura como instrumento pela transformação social, formar indivíduos que fazem a distinção entre o senso comum e a “filosofia da práxis”. Cidadãos que consigam, conforme Kosik (2002), compreender e destruir o mundo da pseudoconcreticidade.

11. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR



11.1 MATRIZ CURRICULAR

Prezando pela aplicação de conteúdos significativos, esta foi construída de forma democrática e colaborativa, após encontros promovidos pela equipe pedagógica desta Unidade de Ensino, no ano letivo de 2019, e tendo como instrumento norteador a Base Nacional Curricular Comum, sendo este, documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996),

"a Base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil".

Tendo como referência as **COMPETÊNCIAS GERAIS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR**, o CEF JK propõe:

- Valorizar do aluno enquanto ser social e ativo dentro da realidade social que o cerca;
- Integrar as disciplinas através de conteúdos que favoreçam a interdisciplinaridade;
- Desenvolver a capacidade crítica do aluno, para que ele seja capaz de compreender a importância das disciplinas nas diversas áreas do conhecimento: humanas, exatas, biológicas e sociais;
- Melhor percepção dos alunos e professores do conteúdo com o uso das atividades extraclasse, tais como passeios e visitas.

11.2 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Conforme orienta a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal,

"O Ensino Fundamental constitui a segunda etapa da Educação Básica, é obrigatório e gratuito na escola pública, com duração de 9 (nove) anos, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, em conformidade ao art. 3º da LDB/96. Dividido em duas fases – Anos Iniciais e Anos Finais – o Ensino Fundamental tem por objetivo: a formação integral do indivíduo para o exercício pleno da cidadania, pautando-se nos princípios da igualdade, da liberdade, do reconhecimento e respeito à diversidade, além da valorização de professores/as e da gestão democrática do ensino público como garantia da qualidade da educação".

Em conformidade com a LDB em seu Art. 32. estabelece que:



"O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão".

Com foco na Organização Curricular 2024:

Destaca-se que, “[...] o alcance dos objetivos de aprendizagem propostos para os anos iniciais do Ensino Fundamental precisa ocorrer à medida que conhecimentos da língua sejam desenvolvidos de forma transversal, ou seja, perpassem o desenvolvimento dos demais componentes curriculares, contribuindo para a construção global e dialógica de conhecimentos.” (CURRÍCULO EM MOVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL, 2018. p. 21 – grifo nosso).

12. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

A partir das fragilidades e dos pontos fortes da escola o projeto político pedagógico está preocupado na formação de um aluno crítico e consciente, propondo ações que favoreçam o ensino para as aprendizagens. Os conteúdos são vivenciados concretamente de forma interdisciplinar, através de miniprojetos realizados em sala de aula e por projetos que envolvem todos os segmentos da escola.

A partir desse pressuposto, a Equipe Pedagógica (Vice-diretora, supervisores e coordenadores) juntamente com a Equipe de Professores organiza suas ações com o intuito de voltar-se para a oferta de uma educação de qualidade ao aluno. A fim de dar suporte ao projeto educativo, planeja, orienta, acompanha e avalia as atividades didático-pedagógicas, promovendo ações que contribuam para a implementação do currículo em vigor.

12.1 EDUCAÇÃO INFANTIL

"A educação infantil é a primeira etapa da educação básica. É a única que está vinculada a uma idade própria: atende crianças de zero a três anos na creche e de quatro e cinco anos na pré-escola. Tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (LDB,art.29)."

Nesse contexto a escola se organiza de forma planejada e sistêmica por meio do Projeto Político Pedagógico, enfatizando o caráter coletivo, colaborativo e participativo da Comunidade Escolar no sentido de garantir a criança acesso aos processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes



linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças, bem como:

- Descobrir e conhecer progressos;
- Desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, confiante em suas capacidades e percepção de suas limitações;
- Descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar;
- Demonstrar atitudes, estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vista, interagindo com os demais, respeitando o indivíduo e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração;
- Observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, independente e agente transformador do meio ambiente, valorizando atitudes que contribuem para sua conservação;
- Brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades.
- Utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas ideias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva.

A escola desenvolve ao longo do ano letivo os projetos propostos pela SEE, de acordo com os cadernos e orientações que constam no site da SEEDF:

- Alimentação na Educação Infantil: mais que cuidar, educar, brincar e interagir;
- O Brincar como Direito dos Bebês e das Crianças;
- XII Plenarinha: Identidade e Diversidade na Educação Infantil: sou assim e você, como é?

12.2 ENSINO FUNDAMENTAL

A partir 2006, a duração do Ensino Fundamental, que até então era de 8 anos, passou a ser de 9 anos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9395/96) foi



alterada em seus artigos 29, 30, 32 e 87, através da Lei Ordinária 11.274/2006, e ampliou a duração do Ensino Fundamental para 9 anos, estabelecendo como prazo para implementação da Lei pelos sistemas de ensino, o ano de 2010. O objetivo do Ensino Fundamental Brasileiro é a formação básica do cidadão. Para isso, segundo o artigo 32º da LDB, é necessário:

- I. o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II. a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III. o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV. o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.”

Além da LDB, o Ensino Fundamental é regrado por outros documentos, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001), os pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) e as legislações de cada sistema de ensino. Bem como a Constituição Federal que em seu Art. 210 evidencia que:

“(…) Serão fixados os conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos nacionais e regionais”.

Nesse contexto a escola se consolida por meio de uma matriz curricular flexível, mutável e inovadora, respeitando e valorizando os aspectos regionais. Compreendendo:

- Conhecer as características territoriais, culturais e etnias que estão formando o Brasil;
- Compreender a importância de conviver com o meio ambiente, que este ser é um agente transformador e de interação direta do espaço em que vive;
- Conhecer valores éticos e morais que levem o indivíduo a se integrar com melhor relacionamento entre pessoas, e meio ambiente;
- Desenvolver a autoconfiança do indivíduo levando em consideração que o ser humano está inserido em um meio social, na busca do conhecimento;
- Conhecer e cuidar do próprio corpo, agindo com responsabilidade em relação a sua saúde e a saúde coletiva;



- Utilizar as diferentes linguagens: verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal, levando a expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções culturais, atendendo as diferentes intenções e situações de comunicação;
- Saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos, para adquirir e construir conhecimentos;
- Formar um ser questionador da realidade e que, utilize o pensamento lógico, a criatividade, a intuição e a capacidade de análise crítica, para resolver os problemas que possa vir a se deparar.

12.3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos é definida pelo artigo 37 da LDB (lei n.9.394/96) como a modalidade de ensino que,

“será destinada àqueles que não tiveram acesso ou à continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. A principal tarefa da Educação de Jovens e Adultos é fazer valer o previsto no artigo 208 inciso I da Constituição Federal de 1988, que garante o acesso e a permanência ao ensino fundamental a todos.”

Tal política vem sendo incentivada pelo poder público, que abrangeu, além do ensino fundamental, o ensino médio, adequando esta modalidade de ensino às características dos jovens e adultos brasileiros.

No que tange a matrícula, pode ocorrer a qualquer tempo, condicionada à disponibilidade de vagas na Unidade Escolar de interesse do aluno candidato, conforme estabelece o Parecer nº 118/2014 - CEDF, homologado pela Portaria nº 171, de 24 de julho de 2014, que regulamenta a inserção do aluno na EJA e a organiza em um único período de 100 (cem) dias letivos, ou por períodos correspondentes a 1 (um) semestre.

A autorização da Educação de Jovens e Adultos – EJA nesta instituição de Ensino, no turno noturno, ocorreu em janeiro de 2012. Surge como modalidade de ensino, Instrumento do Programa Brasil Alfabetizado, destinada a Jovens e Adultos que por diversas razões não deram continuidade aos estudos ou não tiveram a oportunidade de acesso ao Ensino Fundamental e tem como objetivo criar situações de ensino para as aprendizagens adequadas as necessidades educacionais, realizando suas funções reparadora, equalizadora e permanente, possibilitando a reentrada no sistema



educacional, bem como a atualização permanente de conhecimentos, reconhecendo assim, o direito a uma escola de qualidade para qualquer cidadão.

A Educação de Jovens e Adultos – EJA tem a finalidade de trabalhar para o desenvolvimento e acesso à cultura geral, centrado em uma formação humana, de maneira tal, que os estudantes adquiram uma consciência crítica mais apurada, que adotem posturas éticas, com compromisso político, para o desenvolvimento da sua autonomia intelectual.

Sendo o papel da construção curricular, fundamental para subsidiar este processo de formação de consciência crítica, havendo um despertar dos estudantes como sujeitos de sua própria história, aprendam a agir com responsabilidade individual e coletiva, comportar-se de forma solidária, acompanhar a dinamicidade das mudanças sociais; enfrentar problemas novos construindo soluções originais com agilidade e rapidez, a partir do uso metodologicamente adequado de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos. Devido ao perfil do educando ser bastante diferenciado, cada sujeito tem um tempo próprio de aprendizagem, em decorrência dos conhecimentos e experiências acumuladas no decorrer da vida deles.

Esta modalidade de ensino deve levar em conta tudo isso, a diversidade cultural, de faixa etária, de classe econômica, para que as aulas sejam ministradas de maneira tal, que o educando se veja não apenas como mais um aluno simplesmente e sim, parte integrante de todo o processo educacional.

Os alunos de EJA são, em sua maioria, trabalhadores. Existe um grande percentual da população em idade acima de 16 anos que se encontra sem conclusão do Ensino Fundamental.

São estudantes de diferentes situações econômicas, culturais, com histórias de vidas distintas, trazendo vivências, conflitos, expectativas e necessidades específicas.

"Existe um índice considerável de evasão escolar porque muitos estudantes migram do município a procura de emprego e melhores condições de vida, em centros maiores"

Como já foi afirmado, na citação acima, pelo Conselheiro Jamil Cury, relator das Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação de Jovens e Adultos, nosso público-alvo "é cidadão e tem direito público subjetivo a uma antropologia própria". Sendo este



formado por jovens e adultos que não tiveram acesso à escola na idade própria, ou não tiveram a possibilidade de continuar seus estudos por inadaptação às práticas escolares, necessidade de trabalhar, ausência de estímulo, repetências sucessivas. Em sua maioria, sofrem desde muito cedo pressões para ingressar no mercado de trabalho e, sem qualquer habilitação, dedicam-se a atividades à margem do mercado formal de trabalho.

A prática tem-nos indicado que suas principais características são:

- Aprende conteúdos significativos segundo a vivência e interesse;
- Percebe metas com clareza;
- Apoio da família é fator decisivo para sua permanência e sucesso;
- Vivência pessoal e profissional é heterogênea;
- Dotada de conhecimento de mundo;
- Participam ativamente nos objetivos propostos;
- Superam as dificuldades pessoais quando alcançam o resultado esperado;
- Interesses são os mais variados possíveis.

13. PROGRAMAS E PROJETOS INSTITUCIONAIS

13.1 PROGRAMA SUPERAÇÃO

O Programa SuperAção é uma política de educação que visa corrigir a distorção idade/série em dois anos, no mínimo. Tem seus fundamentos partindo do Artigo 205 da Constituição Brasileira, (BRASIL, 1988), que trata a educação como direito e dever de todo órgão, Instituição e cidadão deste país e um dever do Estado garantir que esse direito seja assegurado a todos.

Mais adiante, temos legislação específica para que sejam propostas ações e realizadas práticas para correção de fluxo, ou seja, para o enfrentamento da defasagem e distorção idade/ano, constando na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), em seu artigo 24, inciso V.

Podemos citar ainda, a Meta 02 do Plano Nacional de Educação, cuja meta é universalizar a oferta de Ensino Fundamental em 9 (nove) anos para crianças e adolescente entre 06 (seis) e 14 anos e a conclusão dessa etapa na idade recomendada.



Tendo isso em vista, a SEEDF vem desenvolvendo ao longo dos anos diversos projetos e programas destinadas, exclusivamente, para solucionar os problemas relacionados a este problema de distorção idade/ano, como os Programa Superação, aqui descrito:

“O Programa SuperAção possibilita, de maneira concomitante, o desenvolvimento e o monitoramento de diferentes estratégias para o enfrentamento da situação de incompatibilidade idade/ano nos próximos anos, a fim de que os estudantes que se encontram nessa situação tenham atendimento escolar acolhedor e eficaz, de modo a possibilitar a real SUPERANÇA do fracasso escolar que eles experienciaram.” (SUPERANÇA, 2023)

Observando todas essas questões, no CEF JK atuaremos com o Projeto SuperAção com atendimento a 17 crianças do 1º (primeiro) e 2º (segundo) blocos (6 estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental; 8 estudantes do 4º do Ensino Fundamental; e 3 estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental). Todos os estudantes estarão em suas classes comuns e receberão atendimento individualizado, pelo professor da turma e coordenador, durante o período de aula regular e em alguns momentos, em horário contrário para desenvolvimento de suas potencialidades. As atividades serão produzidas de acordo com as necessidades de cada grupo de alunos, a partir de avaliações diagnósticas, já realizadas no início do ano letivo, nas primeiras semanas. Após isso, os professores e os coordenadores e equipe pedagógica se reunirão para traçar objetivos e métodos para desenvolvimento do trabalho com esses estudantes, utilizando os recursos materiais e estruturais presentes nesta Unidade de Ensino, bem como explorar os materiais produzidos pela SEEDF.

13.2 PROGRAMA ALFALETRANDO

O Programa Alfaletando é uma iniciativa da Secretaria de Estado do Distrito Federal que tem por objetivo garantir que as crianças até os sete (7) anos de idade estejam alfabetizadas, com vistas ao sucesso do estudante na sua trajetória escolar. Assim como proposto no Decreto Nº 45.495, de 19 de fevereiro de 2024:

“São objetivos do Programa:

- I - Garantir que 100% das crianças, matriculadas na rede pública de ensino, estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental; e
- II - Recompôr as aprendizagens, com foco na alfabetização, de 100% das crianças matriculadas nos 3º, 4º e 5º anos da rede pública de ensino, em vista do impacto da pandemia de Covid-19 para esse público.”



Para que o trabalho seja conduzido de uma forma sistematizada, a SEEDF também oferece curso de formação continuada para os docentes e coordenadores do 1º (primeiro) e 2º (segundo) ano do Ensino Fundamental, conforme previsto no Decreto citado. (segundo) ano, destas turmas, identificamos 5 (cinco) turmas do 1º (primeiro) ano, com um total de 109 crianças e 5 (cinco) turmas do 2º (segundo) ano, com atendimento a 116 crianças.

Como material de apoio, o CEF JK recebeu apostilas para todos os estudantes atendidos no Programa e, que foram desenvolvidas pela própria Secretaria de Educação do Distrito Federal, com caderno de orientação aos professores, com sugestão de atividades diversas, metodologias ativas e que evidenciam o protagonismo dos nossos estudantes, a fim de que se encantem pelo ambiente escolar e se sintam motivados a aprendizagem, garantindo também a maior participação de todos e buscando alcançar as metas propostas pela SEEDF e por esta Unidade Escolar.

13.3 CULTURA DE PAZ

Considerando o caderno Orientador de Convivência Escolar de Cultura e para o ano letivo de 2024:

Trata-se de proposta de atualização do caderno “Política de Promoção da Cidadania e Cultura da Paz: Definição, Encaminhamento e Prevenção”, publicado em 2008. O objetivo é disponibilizar um referencial informativo e formativo capaz de oferecer à comunidade escolar e à rede de proteção (educação, saúde, segurança, justiça, assistência social, cultura, outros), um compilado prático que alinha os conceitos ligados ao campo dos Direitos Humanos, da Cultura de Paz e da Mediação de Conflitos para uma ação educativa, integrada e interventiva.

Evidencia-se que a escola é um espaço privilegiado para a construção da cidadania, para um convívio respeitoso entre pessoas diversas em suas cores, etnias, gêneros, orientação sexual, idades, condições socioeconômicas e religiosidades. Portanto, é capaz de contribuir para a garantia dos direitos humanos, no sentido de evitar as manifestações da violência e fomentar a construção da cultura da paz.



Nesse caminho, a escola deve ampliar o diálogo, o exercício da escuta e o protagonismo estudantil, com o intuito de que cada um(a) se comprometa com sua atuação, sendo parte de um processo coletivo para o alcance de uma Cultura de Paz.

A Unidade Educacional irá implementar as Propostas do Caderno Orientador em conjunto com as ações que constam no Plano de Ação do serviço de orientação educacional com a participação de toda comunidade escolar com o intuito de promover e ampliar o diálogo sobre a Cultura de Paz.

13.4 RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS

A fim de resolvermos os déficits educacionais causados ora pela Pandemia de COVID-19, ou por diversos outros fatores tais como faltas excessivas, estudantes advindos de outras escolas em outras Unidades da Federação (que têm currículos diferenciados) e outras situações que possam surgir, o CEF JK utiliza de diversas metodologias tanto dentro como fora do ambiente escolar: esses estudantes recebem materiais diferenciados, como apostilas de acordo com os objetivos propostos, podem participar dos reagrupamentos e projetos interventivos, caixa matemática com instrumentos que facilitem a percepção e aprendizagem dos conteúdos; e são montadas estratégias em conjunto, professores, coordenadores pedagógicos, supervisor, orientadora e pedagoga, e as famílias para que o trabalho seja desenvolvido de forma integral e seja significativo para o estudante. Tudo isso é realizado durante todo o ano letivo; metodologias e estratégias são avaliadas e modificadas, se necessários, para atender às necessidades do estudante.

14. PROJETOS E EVENTOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE ESCOLAR

14.1 AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

A Avaliação Diagnóstica tem como objetivo obter informações sobre os conhecimentos, aptidões e competências dos estudantes com vistas à organização dos processos de ensino e aprendizagem de acordo com as situações observadas.

As avaliações são produzidas em conjunto (professores, direção e coordenação) e aplicadas pelo professor regente no início do ano letivo para seu pleno desenvolvimento.



14.2 PROJETO HORA CÍVICA – CIVISMO COM CIDADANIA (Ensino Fundamental)

O ser humano em sua construção tem a necessidade de estar inserido em sociedade, conhecer as regras para o bom convívio social e zelar pelo seu patrimônio, seja individual e/ou comunitário. Observa-se, então, a necessidade de se promover situações de resgate ao amor e ao respeito pelos símbolos nacionais e representações próprias do nosso país, possibilitando ao educando uma formação cívica integral, restaurando valores, encaminhando-os para a construção de um lugar comum melhor e mais justo e assim, estar também em consonância com a Lei nº 12.031/09, que torna obrigatória a execução do Hino Nacional nas escolas.

Nos primeiros dias do ano letivo os professores (re)apresentam os símbolos nacionais aos alunos, são ensinadas posturas diante a Bandeira e Hino Nacional, e após a conclusão do conteúdo, todas as segundas-feiras no início da aula, na quadra da escola os alunos entoam o Hino Nacional diante da Bandeira do Brasil, no qual estarão sendo avaliados sua postura e apresentação diante a bandeira, escuta e cantar do hino e respeito pelo momento em que está sendo vivenciado.

14.3 PROJETO DE LEITURA: O JK LÊ (Ensino Fundamental)

O Projeto de Leitura “O JK LÊ” foi pensado e desenvolvido por toda a equipe pedagógica da escola para os estudantes do ensino fundamental, anos iniciais. Desde o corpo docente, passando pela Direção, Equipe de Apoio e Orientação Educacional, com o objetivo de provocar no estudante o interesse e o gosto pela prática da leitura, atribuindo essa prática como uma das formas de se aprender não só a ser um leitor, mas a escrever, ter um pensamento mais rápido e interpretações cada vez mais precisas e de acordo com os contextos apresentados.

Assim sendo, o Projeto de Leitura busca motivar e estimular o educando ao exercício da leitura como algo agradável, prazeroso e fundamental para o seu pleno desenvolvimento, e proporcionar uma relação mais livre e pessoal com as mais variadas modalidades textuais, para que sejam desenvolvidas as habilidades inerentes à leitura e interpretação de textos e situações de forma lúdica e autônoma.



Levando tudo isso em consideração, também são objetivos deste Projeto:

- Aguçar o prazer pela leitura;
- Trabalhar a leitura de forma lúdica e colorida;
- Organizar ideias e pensamentos por meio da leitura visual;
- Possibilitar produções orais e escritas;
- Promover o acesso aos diversos gêneros textuais;
- Ampliar o vocabulário;
- Trabalhar a intertextualidade;
- Democratizar o acesso ao livro;
- Realizar atividades de incentivo a leitura;
- Ser apoio para a função educativa;
- Despertar o interesse pelas várias formas de leitura, tanto aquela necessária à inserção no mundo do trabalho quanto a realizada por prazer;
- Desenvolver estratégias de leitura/produção de textos;
- Orientar o usuário para a importância da manutenção e conservação do material bibliográfico;
- Tornar a relação escola - comunidade mais prazerosa, reservando às famílias a leitura compartilhada;

Por meio de contação de história participativa, realizar a abertura deste projeto de forma lúdica e prazerosa; Organizar sala temática, como espaço para desenvolvimento de oficinas literárias, para que as turmas, de forma orientada, possa visitá-la; Utilizar-se de filmes e músicas para atrair a atenção do aluno e despertar o gosto pela leitura, enfatizando o aspecto lúdico do Projeto; Por meio dos gêneros textuais, fazer uso de literatura que contemple os valores e a diversidade, inerentes ao ser social; fazer uso de livros/gêneros para abordar o tema, com exploração em sala e sequência didática, de forma interdisciplinar, com foco na leitura e produção escrita; Por meio da leitura em sala, utilizando-se do acervo escolar, jornais, gibis, encartes entre outros, aplicar fichas de textos com os gêneros adotados; Realizar empréstimo de livros, do acervo institucional, para promoção da leitura orientada, em casa, com foco na produção escrita; Adquirir, por meio de recursos destinados à Instituição de Ensino, acervo literário que contemple o aludido projeto, garantindo quantitativo essencial para promoção do objetivo deste;



Através das trocas de livros entre os estudantes de mesma classe ou entre salas, oportunizar aos alunos o máximo de títulos possíveis, contemplando sempre a qualificação da leitura e da escrita; Utilizar-se dos mais variados métodos para ampliar o acesso ao acervo literário, como maleta da leitura, bolsa literária, baú literário, e outras sugestões que forem surgindo durante a realização do projeto; Por fim, disponibilizar Sala de Leitura, como espaço adequado e estruturado para implementação do Projeto de Leitura – JK Lê.

14.4 PROJETO CAFÉ COM LETRAS (Educação de Jovens e Adultos)

Para a Educação de Jovens e Adultos, há o Projeto Café com Letras, específico para esse nível educacional. Sabendo que o aluno tem pouco contato com a leitura em seu ambiente familiar e apresenta, na escola, dificuldades de aprendizagem decorrentes dessa carência, faz-se então necessária a realização de um trabalho que desperte o gosto e o hábito da leitura, condição indispensável ao desenvolvimento social e à realização individual do educando. Acreditamos que a leitura pode contribuir para a emancipação do sujeito, tornando-o um cidadão mais consciente, com uma visão mais ampla do mundo, e ajudando-o na transformação de si e da realidade em que vive.

Sendo assim, esse projeto foi pensado. Num primeiro momento, na realização do Projeto, os alunos terão um primeiro contato com os textos voltados a temática das suas respectivas etapas, 5ª etapa: Fábulas; 6ª etapa: contos e 7ª e 9ª etapa: poemas.

No segundo momento, produzirão textos e ilustrações dos mesmo para uma futura Culminância.

A terceira etapa do projeto é voltada ao estudo de alguns clássicos da literatura brasileira, tais como: O Alienista, O Guarani, O Cortiço, O Triste Fim de Policarpo Quaresma, A Escrava Isaura, e Garibaldi e Manoela.

Nosso objetivo maior é o de superar as deficiências de leitura e escrita, para elevar o desempenho escolar dos estudantes, criando uma consciência sobre a importância que a leitura traz para nós enquanto indivíduos e sociedade.

Podemos citar também outros objetivos desse Projeto, tais como:

- Conhecer alguns poetas e livros consagrados da literatura brasileira;



- Manusear e despertar a atenção às singularidades de cada livro, como autores, ilustradores, gêneros literários, entre outros;
- Elaborar pensamento crítico em relação às histórias lidas e contadas para argumentação com os colegas;
- Articular o texto com a imagem, apreciando as ilustrações;
- Socializar sentimentos e percepções a partir dos livros lidos;
- Associar assuntos ligados às histórias em outros contextos;
- Identificar a ideia principal, enredo, personagens e suas características, bem como contexto histórico em que os livros foram escritos;
- Perceber detalhes e pormenores antecipando conclusões e fazendo inferências;
- Valorizar a leitura como instrumento de entretenimento e de aquisição de conhecimentos.

14.5 PROJETO REFORÇO ESCOLAR (Ensino Fundamental)

O Projeto Reforço escolar visa atender aos estudantes que apresentam pequenas dificuldades no percurso de ensino aprendizagem. É feito ao longo do ano, pelo professor regente da turma, a partir de uma visão individual de cada criança e suas dificuldades apresentadas. Neste período, o docente trabalha a fim de estimular o educando a identificar os erros cometidos, tirar dúvidas e evidenciar o seu potencial de aprendizagem.

Os alunos são atendidos no horário contrário ao de regência pelo próprio professor regente da turma, onde são desenvolvidas atividades personalizadas ou feitas correções das atividades propostas em sala de aula, tendo em vista cada dificuldade percebida ao realizá-las. Ao longo do ano, são diversos estudantes atendidos, tendo em vista sanar as dúvidas que foram surgindo.

14.6 PROJETO INTERVENTIVO (Ensino Fundamental)

A fim de promover através do reagrupamento extraclasse, concepções e práticas pedagógicas que oportunizem um ambiente dinâmico de aprendizagem e que atenda aos alunos em suas dificuldades específicas.

Desenvolvido e aplicado pela equipe de Coordenadores Pedagógicos da Instituição, que após a avaliação diagnóstica do professor regente, atende os alunos com



maiores dificuldades de aprendizagem. Além de atividades impressas específicas para o aluno e de acordo com seu nível de aprendizagem, promovendo a recuperação contínua desses estudantes.

14.7 PROJETO FESTA JUNINA

Com intuito de favorecer a criança quanto à ampliação de seu universo linguístico e conhecimentos acerca do lugar em que vive, ampliando sua percepção sobre as culturas regionais do nosso país, a festa junina se constitui uma temática onde podem ser explorados diversos tipos de linguagens, símbolos folclóricos, pratos típicos, trajes, músicas e danças. Estabelecendo assimilação e comparação dos diversos modos de vida característicos do seu grupo social e de outros grupos.

O projeto é desenvolvido por todos os sujeitos da Unidade Escolar e conta na sua culminância com a participação de toda a comunidade local, quando se realiza a Festa Junina com venda de comida típicas, apresentações preparadas por professores e alunos, bem como sorteio de brindes e brincadeiras.

14.8 PROJETO SEMANA DA INCLUSÃO

Em razão do Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência (Lei Federal nº 11.133/2005) realizamos a Semana da Inclusão, onde são desenvolvidas atividades voltadas para a importância inclusão que não se restringe ao aluno com deficiência ou aquelas com necessidades educacionais especiais, mas atinge todos os alunos, em sua diversidade, habilidades e dificuldades. A diversidade humana requer intervenções educacionais individualizadas.

O projeto é conduzido pelo professor da Sala de Recursos, tendo em vista que atualmente não contamos com esse profissional em nossa Unidade de Ensino, esse trabalho é desenvolvido pela Equipe de Apoio à Aprendizagem e Orientação Educacional, com o auxílio de toda a equipe pedagógica e diretiva desta Instituição e culmina com a produção de diversos trabalhos artísticos e apresentações produzidas pelos próprios alunos.

14.9 PROJETO SEMANA DA CRIANÇA

Durante todo o ano realizamos atividades para exaltar o universo da criança e



da infância, mas é na Semana da Criança o momento em que trazemos esse espírito infantil que contribuem para o crescimento emocional e social dos alunos, proporcionando momentos de aprendizagem agregados ao lazer dentro do ambiente escolar.

Desenvolvido pela equipe de Coordenadores Pedagógicos da Instituição em conjunto com o grupo de docentes e equipe de direção. Durante a semana será realizada uma gincana lúdica resgatando várias brincadeiras antigas da nossa cultura promovendo a interação entre os estudantes além de estimular a coordenação motora, raciocínio dos alunos e cooperação em grupo. Há também campeonatos entre as turmas de quarto e quintos anos dos esportes preferidos dos alunos (a queimada e o futsal).

14.10 SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

A Semana da Consciência Negra é um momento muito importante nesta Unidade de Ensino, pois atuamos em consonância com o currículo em movimento onde são previstos três eixos: cidadania e educação em/e para os direitos humanos; educação para a diversidade e educação para a sustentabilidade. A partir dessa leitura e entendimento, destacamos o ensino da história e das culturas africanas e afro-brasileiras, conforme Lei 10.639/2003, com o objetivo de promover o respeito à diversidade e dos direitos humanos.

Como objetivos intrínsecos ao trabalho, situamos o valorizar da cultura negra e de seus afrodescendentes; promover a reflexão e resgate da identidade negra; reconhecer alimentos, receitas e objetos de origem africana; construir conhecimentos, sobre as tradições, crenças e maneiras de vestir-se, além de promover através da conscientização o combate ao preconceito e racismo. Esse trabalho é desenvolvido pela equipe de Coordenadores Pedagógicos da Instituição em conjunto com corpo docente e equipe de direção, através de uma semana lúdica, com o desenvolvimento de atividades diárias sobre o tema proposto.

15. AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALTINA
CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL JUSCELINO KUBITSCHKEK**



Considerando o Art. 179. do REGIMENTO ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL, onde lê-se:

"A avaliação na Organização do Trabalho Pedagógico deverá observar:

- I. os princípios da avaliação formativa;
- II. a articulação entre os três níveis da avaliação como aprendizagem, institucional e em larga escala (ou de redes);"

Bem como o Art. 182.do REGIMENTO ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL,

"No Ensino Fundamental - anos iniciais, a avaliação é realizada por meio da observação e do acompanhamento contínuo das atividades individuais e coletivas, com o objetivo de se constatar os avanços obtidos pelo estudante e favorecer o (re)planejamento docente, considerando as dificuldades enfrentadas no processo de ensino e aprendizagem, bem como a busca de soluções.

§ 3º Nas unidades escolares organizadas em Ciclos para as Aprendizagens, o caráter processual e contínuo da avaliação formativa deve ocorrer, podendo haver retenção somente ao final do segundo bloco (5º ano) do ensino fundamental."

Mesmo o legislador especificando Art. 183. do REGIMENTO ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL, algo inerente ou apenas evidente na literatura do Ensino Fundamental séries/anos finais e no Ensino Médio, seria inadmissível desprezar seu conteúdo nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, haja vista que sua essência o contempla na busca pelo processo integral de educação, elevando os aspectos qualitativos deste, pois versa que:

"os critérios adotados para a avaliação da aprendizagem deverão estar em consonância com o Currículo em Movimento da Educação Básica e com as Diretrizes de Avaliação Educacional da SEEDF.

§1º A avaliação formativa pressupõe o diagnóstico contínuo das condições de aprendizagem dos estudantes, a fim de identificar os aspectos exitosos e aqueles que merecem ser melhorados, bem como promover a intervenção imediata em favor do seu desenvolvimento.

§2º A avaliação formativa busca evidências de aprendizagens por meio de instrumentos e de procedimentos variados, não sendo aceito um único meio para avaliar, para aprovar ou para reprovar." [...]

Diante do exposto, observa-se que o sistema social vigente nem sempre contribui para uma avaliação que contemple todas as nuances do processo pedagógico. A exclusão ainda é evidenciada e por consequência os alunos são os mais prejudicados nesse sentido. O processo de avaliação deve ser contínuo, realizado de forma a diagnosticar o nível de aprendizado e as dificuldades a serem sanadas dos alunos. Além de identificar as mudanças necessárias na metodologia do professor. Ou seja, o processo de avaliação deve



permitir que a ação pedagógica siga a direção e o ritmo correto, no sentido de atingir os objetivos traçados.

Esta por sua vez, fundamenta-se na utilização de diversos instrumentos e procedimentos para possibilitar as aprendizagens de todos na escola. Sendo imprescindível para direcionar o trabalho do professor, tornando-o reflexivo e sustentando-o por situações contextualizadas, lúdicas e num diálogo multidirecional.

Portanto, deve-se diagnosticar e incluir o educando no curso da aprendizagem satisfatória, integrando suas experiências no cotidiano escolar, a fim de atingir os objetivos necessários. A avaliação pressupõe acolhimento visando transformação. Ela deve incluir e não excluir, integrar, facilitar os caminhos traçados para a aprendizagem. Esse diagnóstico permite a tomada de decisão de direcionar ou redirecionar aquilo ou aquele que está precisando de apoio. A escola responde à sociedade pela qualidade de ensino que ela tem, e esse é um dos objetivos da avaliação. Na escola também o educando deve tomar conhecimento dos resultados de sua aprendizagem e se preparar para as mudanças quando forem necessárias.

A avaliação deve valorizar o conhecimento do aluno, seja de suas experiências cotidianas, seja do seu aprendizado no âmbito escolar, no seu crescimento dia a dia, o que ele consegue fazer e não apenas para rotular o não aprendido evidenciando as dificuldades. Na escola a avaliação formativa contribui para direcionar as ações propostas pelo professor, proporcionando a ele realizar considerações qualitativas quanto à sua prática pedagógica e social. O professor exerce seu próprio diagnóstico, realizando as alterações viáveis para a melhoria do ensino. Essa avaliação deve ser constante e de toda a equipe de trabalho da escola: professores, coordenadores, equipe diretiva, servidores da cantina e da limpeza e servidores em geral, pois todos os segmentos têm sua parcela de importância para o produto, que é a aprendizagem significativa do educando. O trabalho coletivo na construção do Projeto Político Pedagógico não deve ficar restrito apenas no planejamento, mas também na execução. A autoavaliação serve para reconhecer as contribuições de cada um nesse processo.

Em todos os projetos desenvolvidos na escola, buscamos avaliar o que ficou de significativo para todos os segmentos, contribuindo assim para uma efetiva aprendizagem do educando. A Semana de Avaliação desenvolvida bimestralmente não é nosso único



foco para registrar o que foi aprendido, mas todos os eventos (ver ARTIGOS 182 e 183 do REGIMENTO ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL) servem como apoio ao trabalho do professor em sala de aula no dia a dia, desde o livro escolhido pelo colegiado para servir de apoio para a aprendizagem, passando pela elaboração de instrumentos lúdicos visando acabar com a monotonia das aulas e o reforço intraclasse e extraclasse, bem como o reforço em horário contrário visando ajudar os alunos com mais dificuldades até a conservação e limpeza do ambiente escolar. Essas considerações são concluídas no Conselho de Classe, momento em que definimos em conjunto novas estratégias para atingir os objetivos ainda não alcançados. Na reunião de pais ou nas convocações extraordinárias, em que a maioria comparece, expomos nossos anseios e pedimos apoio deles para seguir em frente com nossos planejamentos.

Para que ocorra efetivamente o processo avaliativo, complementamos e reforçamos que a avaliação diagnóstica, contínua e qualitativa contribui para o crescimento voluntário da escola como um todo, em que alunos, professores e comunidade escolar adquirem o conhecimento significativo.

15.1 CONSELHO DE CLASSE

Considerando o Art. 29. do REGIMENTO ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL, que versa:

"O Conselho de Classe é órgão colegiado integrante da Gestão Democrática e se destina a acompanhar e avaliar o processo de educação, de ensino e das aprendizagens, havendo tantos Conselhos de Classe quantas forem as turmas existentes na unidade escolar.

Parágrafo único. O Conselho de Classe será composto por: todos os docentes de cada turma e representante da equipe gestora, na condição de conselheiros natos; Pedagogo – Orientador Educacional; [...]"

Sendo um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa nos assuntos pedagógicos, tendo objetivo:

- Avaliar as apropriações dos conteúdos curriculares;
- Refletir a relação professor/aluno;
- Analisar a prática pedagógica e redirecionar as ações, a fim de buscar alternativas que garantam o processo de ensino aprendizagem.



No conselho de classe o professor redimensiona a sua intervenção no processo de ensino, revê suas metodologias de trabalho, cria recursos e ações didáticas para ajudar na melhoria da aprendizagem, do ensino e da escola.

Ao aluno, o conselho de classe, permite acompanhar o desempenho da sua trajetória escolar, identificar a sua participação no processo de aprendizagem; à escola pensa e reorganiza o seu currículo e suas práticas educativas; e aos pais permite conhecerem a prática pedagógica dos professores, acompanharem o desenvolvimento dos seus filhos e participarem das atividades da escola.

Com a finalidade de estudar e interpretar a aprendizagem dos alunos, a relação de trabalho do professor, na direção do processo de ensino para aprendizagem proposto no Projeto Político Pedagógico, o conselho de classe, acompanha e aperfeiçoa esse processo de aprendizagem dos alunos, analisa os resultados dessa aprendizagem e organiza os conteúdos e a metodologia. Vários procedimentos desencadeiam no conselho de classe, o pré-conselho oportuniza o levantamento de dados, que uma vez analisados pelo colegiado, redireciona o processo de ensino e no conselho de classe em si, os professores, equipe diretiva, coordenação, professor da sala de recursos e pedagogo se reúnem para discutir os diagnósticos, comparando os resultados anteriores e os atuais para alcançar os níveis de aprendizagem propostos no Projeto Político Pedagógico. A tomada de decisão compreende quais metodologias devem ser mantidas e quais devem ser revistas e quais ações serão aplicadas para estabelecer um novo olhar sobre a aprendizagem e a forma de avaliar, levando em conta as necessidades dos alunos.

O conselho de classe, além de avaliar como foi a aprendizagem dos alunos e redirecionar as ações que forem necessárias para atingir os objetivos propostos no PPP, também serve de apoio para o colegiado expor seus anseios, preocupações e vitórias. Nesse momento, a conversa aberta torna possível uma tomada de decisões conjunta, em que todos nós temos nossa parcela de ganhos e responsabilidades. O conselho desenvolvido em nossa escola faz-se bimestralmente, antes da reunião de pais e após a semana de avaliação. E contribui efetivamente para a construção de estratégias que buscam o aprendizado e crescimento do aluno e de todos os segmentos envolvidos.



15.2 AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA

Participamos com empenho das avaliações propostas pela SEEDF (SIPAEDF) bem como as de nível Federal/MEC (SAEB), por entendermos que essas avaliações norteiam e melhoram o trabalho dos docentes dessa unidade de ensino. Por meio das avaliações conseguimos enxergar com mais propriedade os pontos de fragilidade e das habilidades e competências que foram desenvolvidas pelos nossos estudantes, isso nos auxilia a refletir nossas metas, melhorar nossas estratégias enquanto escola. Além disso, temos ciência da importância desse instrumento para a elaboração de políticas públicas do sistema de ensino.

15.3 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Essa avaliação é uma ferramenta importante para nossa escola. Por meio dela, conseguimos tornar claro as nossas fragilidades e assim, juntos (docentes, equipe diretiva e administrativa, comunidade) conseguimos propor e realizar as melhorias necessárias. Contamos com a participação dos pais e responsáveis pelos alunos nos momentos de Reunião, que acontecem bimestralmente. Nestes momentos, abrimos espaço para sugestões e outras propostas. Embora tenhamos esse período de abertura aos pais, durante todo o ano letivo estamos abertos ao diálogo com a comunidade escolar. No ambiente interno, aos docentes e demais colaboradores, essa avaliação é realizada por meio de questionários online e discutidos pontualmente ao iniciar de cada ano letivo, durante a Semana Pedagógica e ao final do ano letivo.

16. PAPÉIS E ATUAÇÃO

16.1 SERVIÇO ESPECIALIZADO DE APOIO À APRENDIZAGEM (SEAA)

A principal missão do SEAA é atuar com todos os participantes do meio escolar para “contribuir com o mapeamento, a construção e adequação de um novo espaço de aprendizagens.” Sendo assim, faz-se necessário repensar os projetos junto à Unidade Escolar, propondo melhorias ou até mesmo novos projetos que contemplem as novas realidades que surgem na escola com o passar dos anos. Para isso, deve haver os momentos de compartilhamento de ideias, informações, materiais e recursos com os



professores a fim de promover e facilitar a comunicação com os estudantes e realizar acolhida com a comunidade escolar.

Para a formação dos profissionais deste Serviço, haverá encontros semanais, todas as sextas-feiras no turno matutino, os Encontros de Articulação Pedagógica, para integração e formação. Também se faz necessário a presença da Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem nas coordenações coletivas da Unidade de Ensino, para que esse espaço sirva de formação, orientação e reflexão.

16.2 ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

De acordo com a Orientação Pedagógica da Orientação Educacional o(a) Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional integra a equipe pedagógica da Unidade Escolar incorporando suas ações ao processo educativo global, na perspectiva da Educação em e para os Direitos Humanos, Cidadania, Diversidade e Sustentabilidade, objetivando a aprendizagem e o desenvolvimento integral do estudante. (2019, p. 30)

Tendo em vista o que está preconizado no Regimento da rede pública de ensino do Distrito Federal, disposto no Art. 127. A atuação do Pedagogo-Orientador Educacional deve partir do princípio da ação coletiva, contextualizada, integrada à Projeto Político Pedagógico - PPP da unidade escolar, visando à aprendizagem e ao desenvolvimento integral do estudante como ser autônomo, crítico, participativo, criativo e protagonista, capaz de interagir no meio social e escolar e de exercer sua cidadania com responsabilidade. (2019, p.59)

Assim, segue o planejamento de metas da Orientação Educacional para o presente ano letivo:

- Fortalecer a Orientação Educacional na Unidade Escolar, considerando os desafios do contexto social atual, direcionando e fortalecendo a identidade da Orientação Educacional;
- Acolher os profissionais da Educação, família, comunidade contribuindo na integração entre estes de forma empática, levando-os a refletir sobre os fatores que interferem nos processos de ensino aprendizagem
- Promover parcerias com a comunidade escolar, tendo em foco, o processo de ensino aprendizagem construindo e fortalecendo a identidade da Orientação Educacional;



- Colaborar com a equipe gestora, coordenadores e docentes na construção do Projeto Pedagógico, contribuindo para alcançar resultados qualitativos de forma coletiva e democrática;
- Desenvolver competências emocionais acolhendo a comunidade escolar, realizando a escuta sensível como elo entre os envolvidos no processo de ensino aprendizagem;
- Atuar de forma preventiva, estabelecendo ações em rede de apoio interna e externa, em prol das aprendizagens e garantia de direitos da criança e do adolescente de forma integral;
- Articular e promover ações para a construção da paz entre família e escola, visando desenvolver um ambiente democrático pautado no respeito mútuo;
- Sensibilizar as famílias da importância de acompanhar o processo de educação dos filhos, tendo em vista que esta é a base para a formação pessoal e acadêmica;
- Articular ações em parceria com as redes sociais e outros setores da SEDF.
- Estruturar o trabalho a partir da análise crítica da realidade social, política e econômica no contexto escolar local.

16.3 PROFISSIONAIS DE APOIO ESCOLAR

Para o melhor andamento das atividades e acompanhamentos dos estudantes no CEF JK, conta-se com o auxílio dos Educadores Sociais Voluntários. Estes acompanham as crianças que têm necessidade educacionais especiais, principalmente nas atividades relacionadas à higiene, alimentação e locomoção dos estudantes, dando assim, suporte ao professor regente da turma durante esses momentos.

No que diz respeito às atividades administrativas, a presença dos Jovens Candangos é de suma importância para a escola e para esses jovens, que podem desenvolver atividades voltadas à Administração Pública, oportunizando-os conhecer as práticas e condutas inerentes aos procedimentos escolares.

A fim de tornar as atividades pedagógicas ainda mais dinâmicas e orientadas, os PROFISSIONAIS READAPTADOS presentes nesta Unidade de Ensino, atuam juntamente aos coordenadores pedagógicos, sendo assim mais um contribuinte às práticas



pedagógicas, colaborando com desenvolvimento dos projetos da escola, auxílio aos professores e estudantes.

16.4 BIBLIOTECA ESCOLAR

Temos o espaço com reserva de diversos livros didáticos e paradidáticos, livros de literatura para todas as idades, da Educação Infantil até a Educação de Jovens e Adultos, entretanto, não temos os profissionais que atuem de forma integral nesse ambiente. A equipe de coordenadores e supervisores são responsáveis por organizar o espaço e realizar os empréstimos de livros a alunos e professores, conforme busca por esses recursos.

16.5 COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Considerando o Art. 119 do REGIMENTO ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL,

“A Coordenação Pedagógica constitui-se em um espaço- tempo de reflexões sobre os processos pedagógicos de ensino e de aprendizagem e formação continuada, tendo por finalidade planejar, orientar e acompanhar as atividades didático- pedagógicas, a fim de dar suporte ao Projeto Político Pedagógico.

§ 1º As ações devem contemplar a implementação do Currículo da Educação Básica e das Orientações Pedagógicas da SEEDF em vigor.

§ 2º Cabe ao Coordenador Pedagógico articular ações que garantam a realização da Coordenação Pedagógica.

A Coordenação Pedagógica focará além da troca de experiências e planejamento coletivo, também na capacitação dos professores sempre com a perspectiva de rever e redimensionar a prática pedagógica. Para tanto, surge em 2018, a execução de um modelo voltado para a ORGANIZAÇÃO ESCOLAR EM CICLOS, que se fundamenta na concepção de um currículo integrado e de educação integral, bem como na valorização do trabalho interdisciplinar, voltado para construção do conhecimento.

Considerando a efetivação da relação entre os pares, temos então, o seguinte ambiente:

- Segunda-feira: Coordenação Pedagógica Individual
- Terça-feira: Coordenação Pedagógica entre os pares do 2º Bloco (Ciclos para as aprendizagens - 4º e 5º Anos)
- Quarta-feira: Coordenação Pedagógica Coletiva



- Quinta-feira: Coordenação Pedagógica entre os pares do 1º Bloco (Ciclos para as aprendizagens -*Educação Infantil, 1º, 2º e 3º Anos)
- Sexta-feira: Coordenação Pedagógica Individual

*Incorpora-se ao 1º Bloco dada a contextualização e faixa-etária do público atendido.

Vale ressaltar que todos os professores deverão estar presentes no ambiente de trabalho durante o período destinado a coordenação pedagógica, exceto, em casos respaldados pela legislação vigente. O atendimento dos coordenadores nos dias específicos a cada grupo/bloco é que será o diferencial durante esse período.

16.6 VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO CONTINUADA

Tendo em vista que o ser humano está sempre em evolução, nosso trabalho enquanto educadores é de trazer para nossos estudantes essas atualizações. Por isso, estamos sempre incentivando a participação dos nossos docentes, coordenadores e supervisores nos cursos oferecidos pela CRE e SEEDF, bem como trazemos constantemente para a escola, profissionais de diversas áreas, pautando em assuntos mais delicados como *bullying*, pessoas com deficiência, cultura de paz, meio ambiente, higiene.

16.7 CONSELHO ESCOLAR

Considerando o REGIMENTO ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL em seu Art. 23,

"Em cada unidade escolar pública do Distrito Federal, funcionará um Conselho Escolar, órgão de natureza consultiva, fiscalizadora, mobilizadora, deliberativa e representativa da comunidade escolar, regulamentado pela SEEDF."

Fazendo uso de suas atribuições, o Conselho Escolar do Centro de Ensino Juscelino Kubitschek atua como órgão de natureza consultiva, deliberativa, avaliadora e fiscal com a finalidade de promover a articulação entre vários segmentos organizados da sociedade e os setores da escola a fim de garantir a eficácia e a qualidade de seu funcionamento. Constitui-se por meio do voto direto e secreto. Entretanto, não tem



finalidade e/ou vínculo político-partidário, religioso, racial, étnico ou de qualquer natureza, a não ser aquela que diz respeito diretamente à atividade educativa da escola.

Conforme Parágrafo Único do Art. 23 do REGIMENTO ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL com representantes dos seguintes segmentos: Carreira Magistério Público do Distrito Federal; Carreira Assistência à Educação, Segmento pais e Alunos. Logo toda a comunidade escolar está envolvida na prática escolar através do seu representante.

Em conformidade como o Art. 26. o diretor escolar assume suas atribuições juntamente com os demais membros, sem receber qualquer tipo de renumeração ou benefício pela sua participação.

A ação do Conselho Escolar no colégio está fundamentada nas seguintes diretrizes:

- Educação é um direito de todo cidadão.
- A escola deve garantir o acesso e permanência de todos que ingressarem no ensino público.
- A universalização e a gratuidade do ensino nos seus diferentes níveis e modalidades é um dever constitucional.
- O trabalho pedagógico escolar numa perspectiva emancipadora e coletiva.
- A democratização da gestão escolar é responsabilidade de todos os sujeitos que constituem a comunidade escolar.

16.8 SALA DE RECURSOS

Instrumento suplementar do processo de ensino para as aprendizagens junto aos alunos diagnosticados como portadores de necessidades especiais, assegurado pela Constituição Federal de 1988, o direito à educação (escolarização) realizada em classes comuns e ao atendimento educacional especializado complementar e suplementar à escolarização, que deve ser realizado preferencialmente em salas de recursos na escola onde estejam matriculados, em outra escola, ou em centros de atendimento educacional especializado. Esse direito também está assegurado na LDBEN- Lei nº 9.394/96, Do Direito à Educação e do Dever de Educar em seu Art. 4º que faz saber:



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALTINA
CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL JUSCELINO KUBITSCHKE**



"O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

[...] III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;"

No parecer do CNE/CEB nº 17/01, na Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, na lei nº 10.436/02 e no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

Tem por objetivo garantir que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades de cada aluno com Necessidades Educacionais Especiais. Podendo ser em uma Sala de Recursos Multifuncionais, ou seja, um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento.

A sala de recursos oferece atendimento paralelo ao horário das classes comuns, constituindo-se como espaço de investigação e compreensão dos processos cognitivos, sociais e emocionais, visando a superação das dificuldades de aprendizagem e o desenvolvimento de diferentes possibilidades dos sujeitos.

O atendimento na sala de recursos pode ser individualizado ou em pequenos grupos, os alunos trabalham com materiais e recursos pedagógicos através de um atendimento diferenciado. O professor da sala de recursos atua juntamente com os professores regentes das classes comuns, auxiliando nas dificuldades apresentadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais, fazendo a adequação curricular, inserindo assim os alunos no contexto escolar de aprendizagem. Promovendo condições de inclusão desses alunos em todas as atividades da escola, orientando as famílias para o seu envolvimento e participação no processo educacional.

Nesta Unidade de Ensino, apesar de haver a Sala de Recursos, não há atendimento dos estudantes, pois estamos temporariamente sem o auxílio do profissional que atua nessa sala. O atendimento dos alunos com transtornos é feito na Sala de Apoio à Aprendizagem, situado na Escola Classe 16 de Planaltina.



17. PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PPP

O processo de gestão democrática do Centro de Ensino Fundamental Juscelino Kubitschek é feito pela Direção da escola, apoiada pelo Conselho Escolar e parcerias com empresas públicas e privadas. Conta também com a comunidade para a prestação de serviços voluntários de assistência à educação. Essa integração é fundamental para a consolidação dos processos de parceria e ensino- aprendizagem.

O objetivo dessa descentralização de tarefas é fazer uma escola funcional, eficiente, que seja capaz de criar um ambiente de trabalho prazeroso para todos os servidores da educação, professores e auxiliares, gerando a satisfação da comunidade que passa a ver a escola como um lugar de oportunidades para si e para seu filho e oferecendo uma educação de qualidade para todos os seus estudantes, ou seja, uma escola para e pelo aluno.

A escola assume o seu compromisso junto à família pela educação da criança e dos jovens, entretanto, a família não pode ser alheia ao seu papel. No Plano de Ação temos como meta a ser atingida a conscientização da participação dos pais na vida escolar dos filhos.

O Centro de Ensino Fundamental Juscelino Kubitschek almeja princípios e diretrizes contextualizadas no sentido de garantir a participação da Comunidade na construção da prática pedagógica possível e de qualidade, por isso sempre que possível proporcionaremos atividades de encontro e reflexão acerca dos direitos e deveres dos pais além de fomentar o diálogo e o debate sobre os valores que regem as pessoas e dos limites necessários ao bom desenvolvimento do indivíduo.

A sociedade atual espera uma educação que assegure a aprendizagem significativa, voltada à formação de cidadãos críticos e participativos com o intuito de garantir essa aprendizagem. Portanto, buscaremos o diálogo constante com as famílias sobre assuntos referentes à educação dos alunos, às estruturas familiares e ao compromisso social.

O Plano de Ação para acompanhamento e implementação do documento PPP constará do Apêndice deste.



17.1 GESTÃO FINANCEIRA

A Gestão de Recursos visa sanar os problemas oriundos da falta de pessoal - recursos humanos, melhor utilização de espaços, máquinas e equipamentos – recursos físicos e captação de verba para a realização de obras, pagamento de mão-de-obra e aquisição de material – recursos financeiros. Os responsáveis pelo recebimento, recolhimento e distribuição dos recursos são o Diretor e vice-diretor, Conselho Escolar (este formado por pessoas da comunidade escolar dentre eles pais, alunos e professores da instituição) e APM.

Os recursos financeiros do “CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL JUSCELINO KUBITSCHKEK” provêm das verbas do PDDE e PDAF. O PDAF é a principal verba desta Instituição de Ensino, pois custeia o gás de cozinha, material pedagógico, material de uso na secretaria, na estrutura física, bens permanentes e tributos inerentes a sua aplicação. Vale ressaltar que, o processo de prestação de contas ocorre a cada 6 (seis) meses. São realizadas também diversas ações (rifas, sorteios) durante o ano para custear alguns dos projetos da escola, como a festa das crianças.

17.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA

A Gestão Administrativa é feita pelos supervisores administrativos que responsáveis processos relacionados às entradas, saídas e ausências dos funcionários da escola, serviços de manutenções programadas na estrutura, mobiliário e instalações hidráulicas e elétricas e, ainda, pelas comunicações internas e externas (sites e mídias sociais da escola).

17.3 GESTÃO PARTICIPATIVA

Considerando o Art. 5º do REGIMENTO ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL,

"A Gestão Democrática da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, cuja finalidade é garantir a centralidade da unidade escolar no sistema e o caráter público quanto ao financiamento, à gestão e à destinação, observará os seguintes princípios:

[...] I. Participação da comunidade escolar na definição, na implementação e no acompanhamento de decisões pedagógicas, administrativas e financeiras, por meio de órgãos colegiados, e participação na eleição de Diretor e Vice-Diretor da unidade escolar;



Dessa forma, entendemos que a escola é um lugar público, político e pedagógico, priorizando a excelência do ensino através da participação de todos os componentes desse espaço, promovendo um diálogo aberto à comunidade, aos professores e alunos para que juntos possamos transformar esse espaço em algo mais dinâmico, acolhedor e transformador de vidas.

17.4 GESTÃO PEDAGÓGICA E DE RESULTADOS EDUCACIONAIS

Em se tratando do cumprimento dos objetivos pedagógicos, temos os supervisores pedagógicos diurno e noturno. São responsáveis por acompanhar o desenvolvimento dos projetos na escola, orientar a partir das novas informações passadas pela SEEDF, coordenar e acompanhar as formações dos professores, realizar contato com as famílias através de redes sociais, telefonemas, bilhetes e outros meios. Acompanhar os processos relacionados às crianças que têm necessidades educacionais especiais.

Em relação às avaliações internas e externas, é de responsabilidade de todos (Diretor e vice-diretor, supervisores pedagógicos, professores e responsáveis) leitura e dos dados das avaliações em larga escola realizadas na escola e do acompanhamento das atividades desenvolvidas para cumprimento das metas previamente estabelecidas para o CEF JK.



18 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALARCÃO, Isabel. **Professores Reflexivos em uma Escola Reflexiva**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015.
- BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 14ª Ed - Brasília, 2017. 49 páginas.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.
- BRASIL. Governo do Distrito Federal. Secretaria de Estado de Educação. **Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**, 6ª Ed – Brasília, 2015. 126 páginas.
- BRASIL. Governo do Distrito Federal. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo em Movimento do Distrito Federal**, 2ª Ed – Brasília, 2018. 312 páginas
- BRASIL. Governo do Distrito Federal. Secretaria de Estado de Educação. **Caderno Orientador Convivência Escolar e Cultura de Paz**, 1ª Ed – Brasília, 2020. 116 páginas.
- BRASIL. Governo do Distrito Federal. Secretaria de Estado de Educação. **Guia da Educação Infantil. XI/XII Plenarinha: identidade e diversidade na Educação Infantil: “Sou assim e você, como é?”**, Brasília, 2023. 166 páginas.
- BRASIL. Governo do Distrito Federal. Secretaria de Estado de Educação. **Guia Alimentação na educação infantil: mais que cuidar, educar, brincar e interagir**. Brasília, 2022. 164 páginas.
- BRASIL. Governo do Distrito Federal. Secretaria de Estado de Educação. **Guia Prático Organização Escolar em Ciclo para as Aprendizagens**, Brasília, 2021. 32 páginas.
- BRASIL. Governo do Distrito Federal. Secretaria de Estado de Educação. **Organização Curricular Ensino Fundamental 2ºCiclo**, 1ª Ed – Brasília, 2022. 78 páginas.
- BRASIL. Governo do Distrito Federal. Secretaria de Estado de Educação. **Regimento Interno da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal**, 1ª. Ed – Brasília, 2009. 190 páginas.



BRASIL. Governo do Distrito Federal. Secretaria de Estado de Educação. **Programa SuperAção** 3ª Ed – Brasília, 2024. 57 páginas.

BRASIL. Governo do Distrito Federal. Secretaria de Estado de Educação. **Projeto Político Pedagógico** - Professor Carlos Mota, 1ª Ed - Brasília, 2012. 147 páginas.

NOVA ESCOLA, edição especial, **Parâmetros Curriculares Nacionais** – fáceis de entender, ed. Abril, p. 65 e 66.

NOVA GESTÃO. **Coordenação Pedagógica**. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1756/descubra-seu-perfil-de-coordenador>.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Planejamento: projeto de ensino aprendizagem e projeto político-pedagógico**. 9 ed. São Paulo: Libertad, 2000.



19 APÊNDICE A – PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PPP

Objetivos	Metas	Ações	Responsáveis	Cronograma
Conscientizar os pais da importância do acompanhamento familiar na vida escolar dos filhos	Aumentar a participação dos pais nas reuniões de pais e mestres e no cotidiano escolar	Realizar (2) duas reuniões extraordinárias. Uma no 1º semestre e outra no 2º semestre para abordar a participação do pai e/ou responsável na vida escolar dos alunos. Manter contato permanente com as famílias presencialmente e por meio das mídias sociais.	Equipe diretiva pedagógica e docentes.	As reuniões serão realizadas nos meses de março e dezembro. Criar canal de comunicação com os pais através de <i>Whatsapp</i> para comunicações mais instantâneas e interações entre o grupo de responsáveis e as turmas do estudante.
A partir do Currículo da Secretaria de Educação do Distrito Federal elaborar a Matriz Curricular do CEF- JK.	Definir a Matriz Curricular para ser inserida no PPP de 2024	Realizar reuniões para estudo e construção da Matriz Curricular do CEF- JK	Equipe diretiva pedagógica e docentes.	No início do ano letivo (1º semestre).
Reduzir o índice de reprovação ao final do Bloco Inicial de Alfabetização e do 2º ciclo e/ou	Diminuir o índice de reprovação em 50% (cinquenta por cento) durante o período de 5 (cinco)	Elaborar e executar o projeto interventivo de reforço escolar, reforço em horário contrário às	Equipe diretiva pedagógica e docentes.	Ao longo do ano letivo.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALTINA
CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL JUSCELINO KUBITSCHKE



a quantidade de alunos aprovados abaixo das expectativas de aprendizagem.	anos. Iniciando com a previsão de 10% (dez por cento) para o ano letivo de 2022 e assim sucessivamente, até atingir a meta estabelecida.	aulas, reagrupamento intraclasse e extraclasse com os alunos com mais dificuldades de aprendizagem.		
Melhorar o desempenho dos alunos no CEF- JK através da leitura	Contribuir para um melhor aproveitamento das aprendizagens dos alunos com foco na leitura.	Elaborar o Projeto de Leitura para a Educação Infantil, Bloco Inicial de Alfabetização e 4º e 5º anos. Incentivar e auxiliar os professores no desenvolvimento de projetos de leitura em sala de aula.	Equipe diretiva pedagógica e docentes.	Ao longo do ano letivo.
Contribuir para o crescimento emocional e social dos alunos, professores e funcionários da escola.	Proporcionar momentos de aprendizagem agregados ao lazer dentro do ambiente escolar	Realizar o Projeto da Semana da Criança, incentivando o contato social e emocional dos estudantes. Melhorar a socialização dos alunos com atividades voltadas para a conscientização e o lazer.	Equipe diretiva pedagógica e docentes.	Durante todo o mês de outubro, sendo dividido em Semana da Criança, Dia do Professor e Dia do Funcionário Público.
Priorizar o fortalecimento da coordenação coletiva enquanto momento de formação continuada dos professores.	Contribuir para crescimento pedagógico dos professores, possibilitando estudo contínuo.	Estabelecer estudo coletivo na coordenação de quarta-feira. Viabilizar palestras e oficinas para os professores	Equipe diretiva pedagógica, orientação educacional e docentes.	Ao longo do ano letivo.
Promover a melhoria da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem, por meio de intervenções	Auxílio direto com os professores para a melhoria do trabalho pedagógico.	Oferecer suporte pedagógico aos professores na coordenação pedagógica	Equipe diretiva e pedagógica.	Início do ano letivo (1º semestre), sendo revisado e ampliado durante todo o ano



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALTINA
CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL JUSCELINO KUBITSCHKE



avaliativas, preventivas e institucionais				letivo.
Conhecer, refletir e analisar as características da instituição educacional tais como: espaço físico, localização, quadro funcional, modalidade de ensino, turmas, turnos, entre outras.	<p>Colaborar para a melhoria dos espaços disponíveis da instituição tendo as aprendizagens como foco principal.</p> <p>Construir um espaço de interlocução, assessorando o trabalho coletivo, oportunizando a conscientização de responsabilidades de modo a provocar a revisão e/ou atualização de suas ações, assim como ampliar experiências bem-sucedidas, contribuindo para a diminuição da evasão escolar.</p>	<p>Reformular o mapeamento institucional através da investigação de convergências, incoerências, conflitos ou avanços.</p>	Equipe diretiva pedagógica, orientação educacional e docentes.	Ao longo do ano letivo.
Atuar na Unidade de Ensino numa perspectiva institucional, preventiva e interventiva, promovendo a integração escola X família X comunidade.	<p>Oportunizar a relação entre a família e a escola no processo de aprendizagem dos alunos.</p> <p>Intervir nas situações de queixas escolares abrangendo os níveis: escola x família x aluno, quando necessário.</p>	<p>Reuniões coletivas (em parceria com as coordenadoras, professora da Sala de Recursos, gestores e assistente pedagógica) destinadas para momentos de estudo, reflexão, discussões, troca de experiências, dinâmicas de grupo, vivências, oficinas etc.;</p> <p>Entrevistas, questionários, conversa informal, planejamento, conselhos de classe, observações em todos os</p>	Equipe diretiva pedagógica, orientação educacional e docentes.	Ao longo de todo o ano letivo.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALTINA
CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL JUSCELINO KUBITSCHEK



		contextos educacionais, análise da produção dos alunos, suporte na elaboração de adequações curriculares. Apresentação de oficinas, entrevistas, reuniões com a família e comunidade em geral.		
Sensibilizar a comunidade escolar quanto à inclusão	<p>Possibilitar a prevenção e a intervenção nos casos apresentados pelos professores.</p> <p>Melhorar o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com necessidades especiais</p> <p>Promover a conscientização da comunidade escolar quanto a inclusão nas classes regulares de alunos com necessidades especiais.</p> <p>Auxiliar as famílias no entendimento da importância da sua participação na vida.</p> <p>Valorizar as diferenças entre os alunos diminuindo as ações preconceituosas.</p> <p>Auxiliar os professores na adaptação e desenvolvimento dos</p>	<p>Realizar oficinas diversas, palestras, vivências, reuniões etc., em parceria com a equipe pedagógica, a equipe gestora</p> <p>Reuniões contínuas e momentos de integração entre a criança e os pais e/ ou responsáveis.</p> <p>Elaborar o Projeto da Inclusão, trocando experiências entre as crianças, professores e convidados no Dia de Luta da Pessoa com Deficiência.</p> <p>Organizar e participar de grupos de estudos na escola dos filhos com necessidades especiais.</p>	Equipe diretiva pedagógica, orientação educacional e docentes.	Ao longo de todo o ano letivo, tendo ao menos uma atividade por semestre.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALTINA
CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL JUSCELINO KUBITSCHKEK



	alunos diagnosticados, visando uma aprendizagem significativa.			
Orientar as famílias para o envolvimento no processo educacional.	Servir de elo entre os anseios da família e dos profissionais da escola quanto as dificuldades de aprendizagem demonstradas por determinados alunos.	Entrevistas, anamnese, orientações, atividades individuais e em grupo, devolutivas, encaminhamentos, observações, análise de documentos do aluno, avaliação pedagógica.	Equipe diretiva pedagógica, orientação educacional e docentes.	Ao longo de todo o ano letivo, na medida em que forem surgindo os casos e conforme a necessidade.



APÊNDICE B – PLANO DE AÇÃO ANUAL DA ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA 2024

TEMÁTICA	FUNDAMENTAÇÃO CURRICULAR			ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS	EIXO DE AÇÃO	PERÍODO DE EXECUÇÃO
	Educação em Cidadania DH	Educação em Diversidade	Educação em Sustentabilidade			
Integração família/escola	X	X		Analisar as estratégias utilizadas pela Unidade Escolar, para interagir com as famílias apresentando a comunidade escolar as funções da Orientação Educacional através de: Acolhida; Escuta Sensível; Registros; Convocações; Encaminhamentos; Reuniões. Contatos permanentes de forma presencial, por meio telefônico e <i>WhatsApp</i> conforme a necessidade.	Ações junto aos estudantes; Ações junto aos professores. Ações junto às famílias e demais parceiros de acordo com a demanda. Orientação Pedagógica da Orientação Educacional do DF.	Semanal ou de acordo com a demanda exigida pela Unidade Escolar;
Ensino/Aprendizagem	X	X	X	Propor ações para que os alunos compreendam que aprender é algo	Ações realizadas junto aos docentes;	Mensal, bimestral ou de acordo com a



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALTINA
CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL JUSCELINO KUBITSCHKE



				fundamental e um processo contínuo. Cronograma de estudos; Questionário com os estudantes; Mensagens motivacionais; Relatórios de acompanhamento, de frequência e aprendizado; Folders.	Ações junto aos estudantes; Ações junto às famílias. Orientação Pedagógica da Orientação Educacional do DF.	demanda.
Cidadania	X	X	X	Acolher e levantar perfil socioeconômico dos estudantes, para desenvolver ações que visem o aprendizado e garantia de direitos. Contatos telefônicos; Estudos de casos; Entrevistas com os responsáveis; Convocações; Escuta sensível; Conversa informal; Apresentação do serviço de Orientação Educacional; Reunião Coletiva com corpo docente e equipe gestora; Visita às turmas para apresentação do Serviço de Orientação Educacional aos estudantes; Controle de frequência, escuta ativa, acolhimento às famílias e aos estudantes.	Ação realizada junto aos professores, as famílias e os estudantes. Ação realizada com o parecer da equipe gestora/rede de proteção social: CAPS; CRAS; Conselho Tutelar; COMP; Casa do Ceará. Orientação Pedagógica da Orientação Educacional do DF.	Anual, semestral e semanal, de acordo com a demanda e a estratégia exigida.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALTINA
CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL JUSCELINO KUBITSCHKE



				Encaminhamentos para a rede de apoio externa especializada e rede de proteção social; Registro dos atendimentos realizados.	Ação a ser desenvolvida com o parecer da rede de proteção social: CAPS; CRAS; Conselho Tutelar; COMP; Casa do Ceará.	Conforme a demanda.
				Agosto Lilás. Campanha de conscientização pelo fim da violência contra a mulher (Lei 13.140/2006 – Maria da Penha) Infográficos; Folders; Materiais impressos. Rodas de conversas.	Ação junto aos estudantes, professores e família.	Conforme a demanda. Mensal. Ênfase no mês de agosto.
				Setembro Amarelo. Mês mundial de conscientização e prevenção do suicídio; Infográficos; Folders; Materiais impressos; Rodas de Conversas. Contação de histórias.	Ação junto aos estudantes, professores e família.	Mensal. Mês de Setembro



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALTINA
CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL JUSCELINO KUBITSCHKE



Sexualidade	X	X		Orientar e sensibilizar as famílias sobre os cuidados com a criança, levando-as a cuidar e conhecer o próprio corpo, como forma de proteção. Maio Laranja/ Dia nacional de combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (Lei Federal, nº 9.970/2012). Palestras; Material impresso; Folders; Contação de histórias.	Ação junto aos estudantes, professores e família.	Mensal. Destaque no mês de Maio. De acordo com a demanda exigida no decorrer do ano letivo.
Psicomotricidade Ludicidade	X	X	X	Promover momentos de vivência através de brincadeiras que estimule a criança no seu desenvolvimento integral. Semana do Brincar (Lei nº 13.257/2016); Atividades que envolvem brincadeiras; Histórias; Vídeos sobre o tema; Registros das brincadeiras realizadas.	Ação junto a equipe, estudantes e família. Orientação Pedagógica da Orientação Educacional.	Semanal. Destaque no mês de maio.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALTINA
CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL JUSCELINO KUBITSCHKE



Desenvolvimento de Competências Socioemocionais	X	X	X	Acolhida; Escuta Sensível; Materiais impressos sobre a educação socioemocional; Acolher a comunidade escolar em especial aos estudantes, estimulando boas práticas e oportunizando experiências em que eles possam desenvolver seus sentimentos e emoções. Projeto: Cores do Coração: Explorando a diversidade emocional e cultural.	Ação junto a equipe pedagógica, professores, estudantes e família. Orientação Pedagógica da Orientação Educacional do DF.	Bimestral. De acordo com a demanda no decorrer do ano letivo.
Cultura de Paz	X	X	X	Promover ações para a construção da paz entre família e escola de forma contínua; Mensagens; Folders; Rodas de conversa; Semana de Educação para a Vida (Lei nº 11.998/2009). Projeto Cores do Coração: Explorando a diversidade emocional e cultural.	Ação realizada junto as famílias e equipe escolar. Orientação Pedagógica da Orientação Educacional do DF	Mensal ou de acordo com a demanda. Destaque nos meses de Abril e Maio.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALTINA
CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL JUSCELINO KUBITSCHKE



Autoestima	X	X	X	Sensibilizar as famílias sobre o cuidado com as crianças levando em consideração seus pensamentos e sentimentos; Escuta sensível; Rodas de conversa; Folders; Encaminhamento a rede de apoio quando necessário; Combate a intimidação sistemática (Lei 13.185/2015 - Bullying). Lei de Combate ao <i>Bullying</i> e <i>Cyberbullying</i> (Lei nº 14.811/2024). Projeto Cores do Coração: Explorando a diversidade emocional e cultural.	Ação junto aos estudantes, professores família e equipe pedagógica. Orientação Pedagógica da Orientação Educacional do DF	Anual. De acordo com a demanda, com ênfase no meses de Abril e Maio.
Inclusão de Diversidade	X	X	X	Compreender e respeitar as diferenças, como forma de garantir o sucesso escolar que advém das aprendizagens; Articulação entre família e escola. Mensagens sobre as diferenças; Rodas de conversa; Acolhida; Acompanhamento sistemático das aprendizagens. Projeto Cores do Coração: Explorando a diversidade emocional e cultural.	Ação junto a equipe gestora, coordenadores pedagógicos, professores e família. Orientação Pedagógica da Orientação Educacional do DF	Mensal ou de acordo com a demanda.
Educação Patrimonial	X			Mapeamento da comunidade escolar para análise crítica da realidade local.	Orientação Pedagógica da Orientação Educacional do DF; Ações Institucionais	Anual, com ênfase no início do primeiro e segundo semestre.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALTINA
CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL JUSCELINO KUBITSCHKE



Saúde e Proteção do estudante			X	Encaminhamento à rede de saúde e ao Conselho Tutelar; Prevenção contra diversas violências, seja doméstica, emocional, física, sexual entre outras.	Orientação Pedagógica da Orientação Educacional do DF; Ação junto a rede; Ação junto as famílias.	Mensal ou bimestral, de acordo com a demanda.
Transição	X	X		Acolhida aos professores e estudantes; Acolhida aos estudantes advindos de outra Unidade de Ensino; Orientação e preparação dos estudantes do quinto ano que irão para outra Unidade de Ensino.	Ação junto aos estudantes, professores e família.	Destaque no início e final do ano letivo ou quando necessário.



APÊNDICE C – PLANO DE AÇÃO DO SERVIÇO ESPECIALIZADO DE APOIO À APRENDIZAGEM

Eixo: Observação em sala de aula					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Estudantes encaminhados	Entender as razões que levaram o professor a realizar o encaminhamento do estudante, para isso será necessário analisar o ambiente em sala de aula; compreender a abordagem pedagógica adotada pelo professor, analisar o ambiente, a metodologia e os métodos de avaliação empregados com os alunos.	Realizar interações com os estudantes encaminhados, fazer combinação prévia com o professor regente.	Atendimento realizado de acordo com a demanda.	Pedagoga da EEAA Professora da turma requerente, família e estudantes.	Monitoramento do progresso dos alunos encaminhados, se preciso realizar novas observações em momentos posteriores.
Queixa escolar	Intervir nas situações de queixas escolares abrangendo os níveis: escola-família-aluno, quando necessário.	Entrevista, anamnese, orientações, atividades individuais e em grupo, devolutivas, encaminhamentos, observações, análise de documentos do aluno, avaliação pedagógica.	Ao longo do ano letivo, na medida em que forem surgindo os casos e conforme a necessidade.	Pedagoga, professores, família e o estudante.	Ocorrerá através da devolutiva ao longo de cada processo e/ou ao término de cada caso.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALTINA
CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL JUSCELINO KUBITSCHKE



Eixo: Coordenação Coletiva/ Formação continuada de professores			
Ações/Projetos/Demandas	Objetivos	Cronograma	Avaliação
Coordenações coletivas	Acompanhar e participar da Coordenação coletiva. Colaborar nas decisões. Contribuir na construção dos projetos da UE em parceria com o grupo.	Às quartas-feiras, nos turnos, matutino e vespertino.	Retorno por meio de diálogo com os envolvidos.
Formação para comunidade escolar (estudantes, professores, gestores, coordenação pedagógica) por meio de Palestras, Oficinas dentro do Projeto “Com as cores do coração celebramos a diversidade”	Proporcionar momentos de reflexão coletiva sobre temas/eixos relacionados a diversidade, inclusão, <i>bullying</i> , autoconhecimento, autoestima, questões socioemocionais	Serão realizadas palestras/oficinas bimestrais. Para os profissionais as quartas-feiras, nos turnos, matutino e vespertino; Para os estudantes realizarem com a turma com combinação prévia com o professor de dia e horário.	Ocorrerá através de devolutiva ao longo do ano letivo na reflexão do contexto escolar com foco na formação integral dos educandos e na aprendizagem significativa e formativa.

Eixo: Conselho de Classe					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem dos estudantes	Participar das ações pedagógicas a fim de contribuir/ou coletar informações que poderão subsidiar o trabalho da EEAA	Participação no Conselho de Classe de forma colaborativa/propositiva	Final de cada bimestre	Professores, Gestores, Coordenadores pedagógicos, pedagoga e Orientadora educacional	Por meio de relatos dos envolvidos e registros em ata para procedimentos posteriores.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALTINA
CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL JUSCELINO KUBITSCHKE



Eixo: Ações Voltadas à relação família-escola					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Acolhida aos pais dos alunos ANEE e transtornos	Sensibilizar as famílias sobre o cuidado com as crianças levando em consideração seus pensamentos e sentimentos; Escuta sensível; Rodas de conversa; Folders;	Enviar convite com antecedência e na véspera, mandar mensagem pelo <i>WhatsApp</i> . Organizar a sala e preparar mensagem de acolhimento. Fazer, de forma impressa, orientações e/ou dicas que ajudarão os pais a atuar de forma mais efetiva nos estudos dos seus filhos.	Atividades desenvolvidas semestralmente	Pedagoga, Orientação Educacional, gestão, coordenação pedagógica e professores de forma indireta	Retorno por meio do diálogo com as famílias e um melhor acompanhamento escolar das necessidades dos estudantes

Eixo: Projetos					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Projeto “Com as cores do coração celebramos a diversidade”	Criar estratégias significativas com foco na prevenção e na solução de problemas dos estudantes em um contexto escolar inclusivo, respeitando a diversidade cultural e o	Formação/Oficina para os professores, gestores e coordenação pedagógica; Atividades para o grupo de alunos com temas específicos a	Uma formação específica: Palestras/oficina para os professores, gestão e coordenação pedagógica a cada bimestre nos horários de coordenação coletiva.	Pedagoga, Orientadora Educacional, Gestores e coordenação pedagógica.	Por meio da observação da interação social no decorrer das atividades e da convivência escolar



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALTINA
CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL JUSCELINO KUBITSCHKE



	desenvolvimento de competências socioemocionais.	serem abordados a cada bimestre Roda de conversa e acolhimentos aos pais de estudantes com transtornos e ANEE.	Uma atividade específica para os alunos a cada bimestre (Roda de conversa, oficina, história, música, dinâmica etc) Uma roda de conversa a cada semestre com os pais:		
--	--	---	--	--	--